



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NO CAMINHO DO LEVANTAMENTO NACIONAL

Apesar de, após a feitura deste artigo, se terem dado no nosso país grandiosas acções que ficarão gravadas na história da luta do nosso povo, os ensinamentos que se procuram divulgar, colhidos de lutas anteriores, não perderam a sua actualidade.

As manifestações que no início do período «eleitoral» do ano passado tiveram lugar nas ruas de Lisboa, os embates da juventude com a polícia, o apedrejamento dos placards do «Diário da Manhã», constituem o começo de lutas dum tipo novo que depois se alargaram a muitas outras terras. As lutas de Almada dos dias 11 e 14 de Novembro, em que muitos milhares de pessoas enfrentaram as forças repressivas fortemente armadas, as lutas de Alpiarça, onde as massas organizaram a resistência às forças repressivas e impediram que se alargasse o número de prisões, as lutas de Coimbra, Covilhã, Grândola, Ermidas, Couço, Torres Vedras, etc., todas elas com as massas na rua enfrentando a repressão, são prova irrefutável de que a luta no nosso país entrou numa nova fase.

Haveria talvez quem pudesse pensar que todas estas lutas tiveram lugar porque as condições de semi-legalidade e entusiasmo existente no período «eleitoral» as proporcionou, mas as lutas do 31 de Janeiro e 8 de Março no Porto e em seguida a importante acção dos estudantes, mostram sem dúvida alguma que o povo português está compreendendo que só pela luta de massas pode acabar de vez com o fascismo.

São muito ricos os ensinamentos colhidos nas lutas travadas de Outubro do ano passado até ao 8 de Março (só a estas nos referiremos neste artigo). Se, por um lado ficamos conhecendo melhor a disposição de luta das massas, ficamos também a saber mais claramente que as acções se não improvisam nem podem estar sujeitas a fenómenos espontâneos, elas têm de ser organizadas desde o começo e exigem uma aturada preparação que em muitos casos necessita de descer aos pormenores mais simples. Não basta discutir aqui ou ali a necessidade de se desencadearem lutas ou manifestações de rua; pou-

co se conseguirá se estas discussões não forem acompanhadas de medidas orgânicas, se não forem destacados quadros que se encarreguem da sua direcção e sobretudo se esses quadros e todo o Partido não forem ganhos para uma orientação justa no que se refere ao levantamento nacional.

É necessário ganhar o Partido para o levantamento nacional

A necessidade de ganhar todo o Partido para a linha do levantamento nacional ficou bem demonstrada tanto naquilo que se fez como no que se não fez.

Nas primeiras reuniões que se realizaram em Almada para discutir as acções dos dias 11 e 12 de Novembro deparou-se com uma séria resistência da parte dos camaradas mais responsáveis que consideravam errado fazer manifestações do tipo das que se pretendiam. A continuação da discussão levou porém os camaradas a compreenderem a justiça da orientação, a entregarem-se com entusiasmo à preparação das acções e a ganharem para a mesma ideia os camaradas sob o seu controle. Esta, pode dizer-se, foi a chave do êxito da luta de Almada. Aconteceu mesmo que, no decorrer da luta, foram estes camaradas que tiveram de encontrar a orientação justa para os protestos contra o assassinato do nosso camarada Cândido Martins, que foram desde os minutos de silêncio nas empresas e nas ruas às paralizações de trabalho no dia 14 e à grandiosa manifestação deste dia. Tudo isto só foi possível porque os camaradas compreenderam a justiça da orientação do Partido.

No que se refere a Lisboa podemos constatar dois exemplos distintos. Enquanto a juventude participou na luta com todo o entusiasmo e se encontrou sempre nas primeiras filas, a participação da

classe operária foi mal organizada e a sua força, que é decisiva, nunca se fez sentir verdadeiramente. A razão desta diferença está em que, enquanto a organização da juventude foi ganha para a orientação do Partido e mobilizada para a acção, com a organização operária de Lisboa tal não aconteceu. Para além das suas debilidades, a sua ligação com as massas foi débil e débil tinha portanto de ser a sua participação nas acções desenvolvidas.

Muitos outros exemplos são igualmente expressivos. Se nos orientássemos pelas ideias que pouco tempo antes os camaradas dum organismo regional expressavam acerca das manifestações de rua e outras acções de massas, não teríamos a assinalar algumas importantes manifestações e, a esta hora, talvez que alguns camaradas desse sector continuassem a dizer que as massas das suas terras já não estão dispostas a fazer mais manifestações ou a entrar em lutas, opinião bem desmentida pela prática.

Em outras organizações porém a rectificação da falta de confiança nas massas não foi feita. Numa importante localidade embora os militantes tivessem concordado com a orientação traçada, na prática faltaram aos seus compromissos demonstrando desse modo, que a sua compreensão da linha do Partido não tinha raízes, não existia.

Também na preparação da manifestação do 31 de Janeiro no Porto apareceram camaradas com a ideia de que seria um fracasso, que muito pouca gente corresponderia aos nossos apelos. Mas pelas discussões havidas posteriormente e por aquilo que as massas lhes iam mostrando, estes camaradas rectificaram rapidamente as suas posições. O êxito desta importante manifestação deve-se em grande parte ao facto de toda a organização do Partido ter trabalhado para ela em bloco e com entusiasmo.

Onde as organizações e camaradas são ganhos para a orientação do Partido sobre o levantamento nacional, onde se confia nas massas e se luta para as mobilizar, as lutas desenvolvem-se e criam-se condições para acções cada vez mais poderosas. Onde tal não se verifica tudo continua na mesma estagnação.

As lutas têm de ser organizadas

São numerosos os exemplos que nos ensinam que lá onde se criaram organismos e destacaram quadros, as massas foram mobilizadas e as suas acções reforçaram-se. Lá onde não se organizou a acção, pouco ou nada se conseguiu.

Há exemplos de algumas terras onde se chegaram a fazer reuniões e chegou a criar-se algum entusiasmo, mas como não se encontraram as formas orgânicas adequadas, tudo morreu na casca. Numa localidade onde se fizeram duas reuniões uma com 15 trabalhadores, a que faltaram os camaradas que a tinham convocado (1), e outra com cerca de 100 trabalhadores convocados pelos pri-

meiros, a falta de direcção local do Partido e o não se ter criado qualquer organismo que se responsabilizasse pelas decisões tomadas levaram a um completo insucesso.

Em outros lados, pelo contrário, o trabalho organizado do Partido e a criação de organismos especiais para orientar e dirigir as manifestações provaram bem, não tendo faltado a iniciativa necessária perante alguns acontecimentos.

Também o que se passou em Alpiarça nos mostrou a importância da organização e direcção das lutas. Os piquetes criados para chamar as massas à luta contra a repressão e a forma como eles actuaram dão-nos uma experiência valiosíssima não apenas em relação às possibilidades que existem do povo português enfrentar com êxito as forças repressivas, mas também no que se refere à importância da organização.

Entretanto no que respeita à organização cometeram-se alguns erros que convém evitar. Com efeito para algumas das manifestações foram os camaradas mais responsáveis os indicados para as encabeçar. Uma tal orientação traz consigo sérios perigos pois pode conduzir à decapitação de algumas organizações o que traria a seguir maiores dificuldades. Com isto não se quer dizer que os camaradas mais responsáveis de cada localidade ou empresa devam ficar à margem da luta, ou alheados da sua direcção, mas o que se deve evitar é que eles apareçam à frente de tudo como aconteceu em alguns casos expondo-se demasiadamente a direcção da organização partidária.

A importância das reuniões de quadros e de massas

Podemos dizer que na sua totalidade a preparação das lutas começou por ser discutida nos organismos responsáveis de cada sector. Depois passou-se às reuniões de quadros e, em muitos casos, passou-se destas às reuniões de massas. A ordem nem sempre foi a mesma e umas vezes não se realizaram reuniões de quadros e outras não se fizeram reuniões de massas. Mas a experiência colhida indica-nos a grande importância dessas reuniões, particularmente das reuniões de massas.

É verdade que houve casos em que não se tendo conseguido chegar às reuniões de massas, a sua falta foi, em parte, suprida, através duma poderosa agitação, mas aonde se conseguiu reunir as massas e com elas discutir a acção a empreender ganhando-as para a sua realização, foi possível chegar a um mais alto nível de mobilização e de acção.

Evidentemente que quando se fala em reuniões de massas não se pensa que basta reunir dezenas ou mesmo centenas de trabalhadores. Como já vimos é necessário acompanhar tais reuniões com medidas orgânicas. Mas, além disso, é necessário transformar cada trabalhador que nelas participa num activista, num esforçado organizador e orientador da acção. E exactamente as reuniões são um

dos principais meios para conseguir obter tais resultados.

Mobilizemos a juventude e as mulheres

O Papel destacado que a juventude e as mulheres têm vindo a desempenhar nas lutas dos últimos tempos coloca perante o Partido a necessidade de se tomarem medidas imediatas que visem mobilizar e organizar mais e mais estes importantes sectores da população.

Foi na capital que começaram as manifestações de rua e foi a juventude precisamente que as iniciou; pode mesmo dizer-se que sem a sua participação e abnegação a luta não teria chegado onde chegou. Foram eles que se destacaram no 5 de Outubro, foram eles que no funeral do Dr. Câmara Reis mais valentemente enfrentaram a polícia, foram eles que organizaram as principais manifestações de rua durante a campanha «eleitoral».

Também em Almada os jovens, tanto rapazes como raparigas, tiveram participação notável nas manifestações dos dias 11 e 14, muitos andaram sempre à frente destas manifestações, entre os quais o camarada Cândido Martins.

Nas lutas de Almada igualmente as mulheres tiveram papel destacado. No dia 11 havia muitas mulheres nas primeiras filas batendo-se ao lado dos homens contra as forças repressivas. No dia 14 esta participação foi verdadeiramente maciça; os milhares de ramos de flores que se destinavam a prestar homenagem ao camarada caído estavam seguros pelas suas mãos. Foram elas as principais vítimas da brutalidade das forças repressivas.

De igual modo os jovens e as mulheres estiveram nas primeiras filas das manifestações ocorridas em Grândola, Ermidas, Couço, Alpiarça, etc. Na luta do 31 de Janeiro e no 8 de Março do Porto o papel de uns e outros salienta-se de novo.

Os jovens tiveram acção destacada não apenas nas manifestações mas também na sua preparação. A audácia com que fizeram algumas acções de agitação em pleno dia e nos locais mais concorridos foi uma poderosa contribuição para o êxito das manifestações do Porto. Tornou-se notada de muita gente a forma como os jovens e as mulheres formavam barreira para resistir às forças repressivas e chamavam as massas a não fugir, gritando: «aqui não há medo», «abaixo o medo», etc.. Todas estas acções constituem páginas gloriosas que a juventude e as mulheres têm estado a escrever ao lado da classe operária, de que muitos deles fazem parte, na luta pela libertação da nossa Pátria.

Destes factos tem o Partido que colher a necessidade de ampliar a organização e de alargar a mobilização dos jovens e das mulheres.

A importância da agitação

A importância da agitação para a mobilização e esclarecimento das massas ficou plenamente de-

monstrado nas manifestações do Porto. As manifestações do período «eleitoral» ainda beneficiaram em certa medida do ambiente político que então se viveu. Mas no Porto, para além das discussões nas reuniões e do esclarecimento verbal sempre muito restrito, foi a agitação, a agitação em grande, que esclareceu as massas.

Muitas dezenas de milhares de manifestos e targetas espalhados pelas empresas, escritórios, escolas, locais de maior movimento, etc., levaram às massas o conhecimento da acção que se preparava. A audácia e engenho postos na agitação foram já o começo do êxito da manifestação. As distribuições feitas de mão em mão em plena baixa, como as que se fizeram às portas das empresas à saída do pessoal e noutros locais concorridos criaram entusiasmo entre as massas, além de permitir um quase total aproveitamento da propaganda confeccionada, ao contrário do que acontecia no começo quando se faziam distribuições em que a propaganda lançada ia quase toda parar às mãos da polícia, que tinha criado brigadas especiais para a recolher.

Esta experiência da agitação colhida pelos camaradas do Norte é preciosa e demonstra que para tal se conseguir é preciso não somente audácia e engenho, mas sobretudo confiança nas massas que é a chave do êxito de todas as lutas.

No caminho do levantamento nacional

A justeza da orientação do Partido quanto ao levantamento nacional é mais facilmente compreendida através destas grandiosas acções levadas a cabo pelo nosso povo. Tais acções demonstram a necessidade de se ultrapassar rapidamente sectarismos e derrotismos e de fazer um decidido esforço no sentido de fortalecer e ampliar a organização do Partido e de multiplicar por todo o lado os organismos das massas anti-salazaristas.

O nosso povo está dando grandes provas de valentia e decisão. Os jovens de Lisboa nunca voltaram a cara à luta e, de manifestação para manifestação apareciam cada vez mais dispostos. Da mesma maneira os milhares de pessoas que em Almada participaram na manifestação do dia 11, apesar do sangue que nela correu, voltaram no dia 14 com coragem redobrada, enfrentando um aparelho repressivo poucas vezes visto no nosso país. No Porto, Alpiarça, etc., a brutalidade policial não tem feito voltar a cara à luta, antes pelo contrário ela levanta o ódio do povo e mostra às massas que o inimigo pode e deve ser vencido através duma ampla acção revolucionária.

O nosso Partido deve desempenhar um papel decisivo nessa acção e tudo fazer para que as forças anti-salazaristas se unam e caminhem em frente na criação das condições necessárias para o levantamento nacional.

A IMPORTANCIA DO TRABALHO NAS FORÇAS ARMADAS

A linha do levantamento nacional não foi ainda inteiramente assimilada por todo o Partido, dificultando-se assim a sua aceitação pelas massas. Um exemplo vivo da falta de compreensão, total adesão à linha política do Partido, é a subestimação do trabalho nas forças armadas que têm um papel de particular importância no levantamento nacional.

No documento «O Desvio de Direita...» diz-se:

«O descontentamento nas forças armadas, o esciarcimento político de sectores importantes dessas forças, a organização democrática e partidária de oficiais, sargentos e soldados, a determinação duma parte para apoiar a participação no movimento nacional contra a ditadura fascista e a resistência de outra parte a servir para jugular tal movimento, são condições para um levantamento nacional vitorioso»

Trata-se agora de levar à prática uma tal orientação. Alguns esforços têm sido feitos, mas estão longe de satisfazer. Importa proceder-se a uma análise crítica do que se tem feito para operarmos as correcções necessárias, de forma a dar-se um vigoroso impulso a todo o trabalho para apressarmos o derrubamento do salazarismo, que «atravessa a maior crise da sua história».

As condições objectivas existentes

1. As condições objectivas no momento presente são em extremo favoráveis para uma política de massas nas forças armadas.

A política salazarista não quer reconhecer a realidade histórica da nossa época — o desabar do colonialismo imposto pela emancipação dos povos coloniais, tornado possível pela influência determinante que o campo socialista, encabeçado pela União Soviética, exerce na política mundial dos nossos dias.

Em virtude disso o salazarismo lança na fogueira duma guerra injusta milhares de jovens fardados enviados para as colónias em exclusivo proveito de um punhado de roceiros e do capital monopolista nacional e estrangeiro.

As lutas travadas contra a guerra colonial em Caçadores 5, Cavalaria 7, Beja, Queluz, Tancos, e muitos outros quartéis, provam que os nossos soldados, na sua maioria operários e camponeses, estão dispostos a dar a sua colaboração para o derrubamento do salazarismo.

O pré irrisório pago aos soldados; o rancho que na maioria dos quartéis e bases continua péssimo

apesar de figurar na parte do oficial de dia a fórmula consagrada de «bom, abundante e bem confeccionado»; os contínuos vexames e até agressões a que estão sujeitos as praças por parte de graduados fascistas, para quem um soldado não passa de um animal designado por um número; os roubos praticados por uns tantos oficiais e sargentos por ocasião do espólio (entrega dos objectos de uso militar, quando o soldado regressa à vida civil); a exploração feita à volta das dispensas de formatura; a proibição de conviver com civis e de pedir boleias, etc., etc., são também motivos de descontentamento capazes de mobilizar para a luta milhares de soldados e marinheiros.

Entre as forças repressivas da P.S.P. e da G.N.R. existem igualmente reais motivos de descontentamento. Há nestas corporações homens honestos a quem repugna o vergonhoso papel de espancar e espingardear o povo nas manifestações. Exemplos como o do patriota Jorge Alves, soldado da G.N.R. que tomou parte activa na fuga do nosso Secretário-Geral Álvaro Cunhal e dos seus nove camaradas de luta, mostram bem as possibilidades que existem mesmo nas forças da G.N.R. e P.S.P. Se soubermos actuar bem, podemos estar certos de que numerosos serão os capazes de auxiliar a luta de libertação do nosso país.

A acção de Beja em que participou um grupo de oficiais, à frente dos quais se encontrava o capitão Varela Gomes, valoroso combatente anti-salazarista, embora tenha tido as características duma acção isolada com o consequente resultado da decapitação de uma organização em embrião, não deixou por isso de ser uma acção anti-fascista que prova bem que, também entre os oficiais é possível a realização dum trabalho positivo.

Mas as condições objectivas por muito favoráveis que se apresentem são insuficientes para levar de vencida a resistência oposta pelo fascismo à vontade popular.

A organização é fundamental

2. A organização é indispensável em todos os sectores de trabalho e as forças armadas não constituem excepção. Somente aqui a organização apresenta características particulares que têm de ser consideradas com cuidado e muita atenção.

O secretismo tem de ser neste sector uma pedra basilar de actuação se não queremos ver ruir como um castelo de cartas o trabalho realizado. Não se pode esquecer que se está a agir num reduto

do inimigo onde este está muito atento, pronto a actuar ao primeiro sinal de alerta.

O secretismo só se alcança por regras de trabalho inflexível. Não se deve misturar corporações diferentes. A organização num quartel, num barco ou numa base não pode assentar numa só célula. A hierarquia militar tem que ser respeitada.

Outra característica particular do sector, em especial no referente aos soldados, é para estes que devemos voltar em primeiro lugar a nossa atenção e maior esforço de trabalho, é a sua mobilidade. O soldado, quando assenta praça, é enviado primeiramente para os Centros de Instrução Básica. O período desta instrução é de cerca de três meses. É depois enviado para outra unidade para tirar uma especialidade. Pode então ficar aqui ou ser de novo transferido. Nestas condições, para se manter uma organização eficiente, é necessário encarar uma mobilidade quanto a certos quadros responsáveis para que as credenciais possam circular com a rapidez indispensável. Hoje são ainda numerosos os soldados credenciados que passam pela tropa sem nunca terem sido agarrados e ainda aqueles que uma vez transferidos ficam desligados, deixando nas unidades donde partiram um trabalho que se acaba também por perder.

Orientação base para os militantes e simpatizantes credenciados para as forças armadas

3. O militante ou simpatizante credenciado para a tropa deve já estar senhor de uma orientação. E esta só é possível se lhe dada se o trabalho nas forças armadas for discutido capazmente em todos os organismos a começar pelos mais responsáveis.

A primeira preocupação a ter deve ser a de iniciar o seu trabalho logo que chegue ao quartel ou barco, sem estar à espera de ser procurado. Logo que entre em contacto com o Partido deve estudar e indicar a forma de avisar onde se encontra em caso de transferência.

No sector militar um militante ou simpatizante do Partido não poderá actuar de forma correcta e eficaz se não se inteirar da necessidade de agir numa base ampla de unidade. O meio desconhecido e a sua heterogeneidade forçam-no a tal. A sua defesa reside na ligação com as massas.

Uma vez na tropa deve adquirir prestígio junto dos seus camaradas, junto dos seus subordinados se os tiver e junto dos superiores honestos, através duma conduta irrepreensível. Deve dar muita importância a uma sã camaradagem, sempre pronta a ajudar a vencer as dificuldades dos companheiros.

Através de conversas bem orientadas (tendo o cuidado de não denunciar a sua filiação partidária) deve desmascarar o carácter anti-nacional do salazarismo, deve mostrar as injustiças da guerra colonial e, aproveitando-se dos exemplos à sua volta, deve fazer ver a miséria e a exploração de que são vítimas os trabalhadores da cidade e do campo.

Entrando em contacto com elementos anti-salazaristas conscientes, firmes e activos deve com eles constituir Juntas Patrióticas ou Comitês de Soldados que têm por missão esclarecer e mobilizar os seus camaradas à volta dos descontentamentos que existam na unidade, quer se trate da ida para as colónias, de acções repressivas no próprio país, da má alimentação ou do péssimo pagamento, do excesso de trabalho ou instrução violenta, das folgas insuficientes ou das faltas de dispensa, de castigos injustos ou tratamento incorrecto por parte dos superiores, da falta de assistência médica ou falta de higiene, da proibição de livre convívio com os civis ou proibição de pedir boleias, da falta de ajuda às famílias necessitadas, etc., etc.

As Juntas, que são organismos legais sempre com um número muito reduzido de elementos, compete orientar e dirigir as lutas na unidade, dando a devida importância mesmo às pequenas acções pois elas são a via para as mais largas e maciças. As Juntas devem encarar as medidas adequadas para actuar em caso de saída da tropa para combater o povo. Em primeiro lugar fomentar a

RECRUTAR E ESTRUTURAR

As grandes lutas travadas no último período eleitoral, no 51 de Janeiro e 8 de Março no Porto, a grande manifestação nacional do 1.º de Maio, a jornada do 8 de Maio, a importante acção do operariado agrícola na conquista da jornada das 8 horas e de melhores jornadas e a histórica luta dos estudantes, todas estas grandes acções bem como outras lutas por melhores salários, contra a repressão e pela Amnistia, pela Paz, etc., mobilizaram centenas de milhares de portugueses, anciosos por darem a sua contribuição para o derrubamento do salazarismo.

É nestas massas da vanguarda do nosso povo que devemos recrutar novos militantes. O Partido necessita de alargar muito a sua organização. Só com esse alargamento e o seu fortalecimento poderemos caminhar resolutamente para o levantamento nacional. Que todos os militantes intensifiquem o recrutamento e lutem pela estruturação de toda a organização.



recusa maciça de toda a unidade de combater o povo que luta por uma causa justa, não hesitando, se for caso disso, de tomar conta do quartel, fraternizando com o povo. Se não for possível o levantamento de toda a unidade, sabotar o material e uma vez na rua fazer causa comum com o povo. As Juntas devem fazer um amplo trabalho de agitação mas tendo sempre o cuidado de que nenhum documento de agitação seja conservado com o próprio ou nas caixas para se estar precavido contra as buscas, para se defender convenientemente a organização e os quadros.

Recrutamento

4. Só depois de conhecer muito bem os seus companheiros, e este conhecimento deve ser feito através das lutas, da actuação prática, do comportamento diário, o militante deverá recrutar para o Partido os seus companheiros mais conscientes, combativos, com acentuado espírito de classe. Deve haver especial atenção com os elementos permanentes do exército pois são estes que permitirão uma certa estabilidade no trabalho.

Deve ainda passar credenciais aos militantes e simpatizantes recrutados nas forças armadas que regressam à vida civil ou que são transferidos de unidade.

Deserção maciça e não individual

5. Ao militante que vai prestar serviço militar, no tempo presente, importa saber qual a atitude a tomar em caso de embarque para as colónias.

Em primeiro lugar deve trabalhar para que a maioria, ou pelo menos um elevado número recuse embarcar, mas no caso do embarque se realizar

deve acompanhar os seus companheiros. Lênine ensina-nos que devemos trabalhar lá onde se encontram as massas. Milhares de homens, filhos do povo fardados, não podem ficar sem a ajuda orientadora do Partido, manejados por quadros fascistas a procurar incutir no soldado um ódio feroz ao negro, um desprezo absoluto pelas normas mais elementares da conduta humana.

Uma vez nas colónias o militante deve prosseguir o seu trabalho, discutindo e orientando, deve tomar iniciativas concretas de actuação, desmascarar as atrocidades cometidas, fomentar a resistência ao cumprimento das ordens, lutar por melhor alimentação e assistência médica, procurar o levantamento de toda a unidade em protesto contra a guerra e a deserção para os países vizinhos. Onde se encontra um militante está o Partido e esta é uma consigna que não pode ser esquecida.

As últimas grandiosas jornadas que mobilizaram centenas de milhares de pessoas em todo o país e as lutas da juventude estudantil chamam a atenção para a importância do trabalho nas forças armadas. Com pedras na mão não é possível bater as armas empunhadas por mãos assassinas. É preciso que aquelas passem às mãos do povo.

A acção popular pode conseguir muito a esse respeito. Mas o fortalecimento do nosso trabalho junto das forças armadas, a organização dos militares anti-salazaristas tem uma importância muito grande para o fim do salazarismo.

É preciso que milhares de soldados se manifestem contra o salazarismo, que se recusem a embarcar para as colónias, que se recusem a combater os povos coloniais ou o povo de que são filhos. É preciso ganhar uma parte das forças armadas para o levantamento nacional capaz de derrubar para sempre o regime fascista em Portugal.

PELA DEFESA DO PARTIDO

(das Resoluções do Comité Central de Dezembro de 1960 «Sobre tarefas de Organização»)

«O governo fascista de Salazar procura, com os grandes recursos do seu aparelho repressivo, atingir o Partido, localizar e prender os seus militantes, destroçar as suas organizações. Se o Partido não se defende da repressão fascista, esta destrói em poucos dias o trabalho difícil, o produto de esforços e sacrifícios de muitos meses ou anos. O desenvolvimento da organização do Partido está assim indissoluvelmente ligado a um bom trabalho conspirativo, à capacidade do Partido para se defender da repressão. Inversamente a defesa da repressão é tanto mais eficiente quanto melhor é o trabalho de organização e, em especial, quanto melhor estruturado está o Partido.

A situação conspirativa que o Partido atravessa é particularmente grave. Dadas as deficiências de organização e do trabalho conspirativo, o Partido, incluindo a Direcção, continua muito vulnerável à acção repressiva do fascismo. Todo o desenvolvimento da organização do Partido (o recrutamento, a formação de organismos, a escolha e promoção de quadros, a vida política e actividade das organizações) exige o cumprimento rigoroso das regras conspirativas e o estabelecimento duma disciplina férrea em matéria conspirativa. O trabalho de organização deve ser acompanhado por um esforço educativo e por uma política de quadros no sentido da rectificação das deficiências e do melhoramento radical do trabalho conspirativo.»

OS COMUNISTAS PERANTE OS TRIBUNAIS FASCISTAS

COMO DECORREU O JULGAMENTO DO CAMARADA
DOMINGOS ABRANTES NO TRIBUNAL MILITAR DE LISBOA

No dia 28 de Novembro de 1961 realizou-se no Tribunal Militar de Lisboa o julgamento do jovem comunista Domingos Abrantes, um dos camaradas que fugiu em 4 de Dezembro do Forte de Caxias.

Perseguido pela PIDE quando se encontrava fazendo o serviço militar teve de desertar, para não ser preso, e de recorrer à clandestinidade para continuar a sua actividade política em defesa dos interesses da juventude e do nosso povo.

Foi preso pela PIDE em 1960, quando era funcionário do Partido. Só passado mais de um ano foi julgado e é um relato do que se passou nesse julgamento que aqui publicamos.

Das perguntas do juiz se pode adivinhar do tipo de julgamentos nesse Tribunal Militar.

Das respostas do camarada Domingos Abrantes se pode concluir sobre como os comunistas se defendem ante os tribunais fascistas, defendendo o seu Partido, o seu povo e a sua própria dignidade.

Este relato simples dá a todos os camaradas um exemplo de firmeza, de dedicação e de honradez.

Juíz — sabe que é acusado de ser membro do Partido Comunista Português?

Domingos Abrantes — Sim, sou membro e funcionário do Partido Comunista Português, partido da classe operária, vanguarda do povo de Portugal na luta pela conquista das liberdades democráticas, partido que abraça o ideal mais nobre que os homens jamais conheceram, a construção da sociedade comunista.

Juíz — O sr. não vem aqui para fazer comício, isso é lá para o Plenário. Se continuar com os mesmos propósitos o julgamento terá de continuar sem a sua presença.

D.A. — Vim aqui convencido de que o tribunal estaria interessado em esclarecer os problemas e portanto interessado em ouvir o réu. Porém sou obrigado a constatar que assim não é; este tribunal está disposto a negar-me o direito de me defender. O tribunal tomará inteira responsabilidade de tal posição. Não se trata de fazer comício. Pesam sobre mim e o meu Partido, acusações gravíssimas. Só posso responder a essas acusações no terreno político.

Juíz — O Sr. não tem nada que defender o seu Partido.

D.A. — Não, eu vim aqui para defender o meu Partido.

Juíz — Então o Sr. reconhece ser membro e funcionário do Partido Comunista Português?

D.A. — Reconheço que sou membro e funcionário do Partido Comunista Português e tenho nisso muita honra.

Juíz — É verdade que participou em reuniões clandestinas, na feitura e distribuição de manifestos?

D.A. — Recuso-me a responder a essa pergunta pois trata-se de aspectos da vida interna do meu Partido, sobre os quais não presto esclarecimentos. Mas como democrata e como comunista participei em numerosas actividades em defesa dos interesses das classes trabalhadoras vítimas da exploração, actividades que visavam também dar ao povo as liberdades democráticas. (Interrompido e ameaçado de ser posto fora da sala).

Juíz — Participou no V Congresso do Partido Comunista Português?

D.A. — Esta é das tais perguntas sobre as quais eu não presto esclarecimentos. Mas posso explicar porque tomo essa atitude. Como não disse à PIDE também não digo a este tribunal. Portugal não goza das mais elementares liberdades democráticas. A existência de um aparelho repressivo, que visa aniquilar o meu Partido, inibe-me de esclarecer tais problemas. Fui preso pela P.I.D.E., que é o pior inimigo do meu Partido. (Interrompido)

Juíz — O Sr. não prestou declarações por obedecer às ordens do Partido?

D.A. — Esse problema já foi abordado quando fui ouvido pelas autoridades militares. Não dei a casa onde morava, porque fazê-lo era pôr em perigo todos os bens do meu Partido, nela existentes. É sobrejamente conhecido o que acontece aos bens das casas assaltadas pela P.I.D.E. Mas não é só isso, fazê-lo seria colaborar com os piores inimigos do meu Partido e do Povo, e isso nunca. A acusação diz que por obedecer às ordens do Partido Comunista Português me recusei a dizer onde morava, a prestar declarações bem como a assinar os autos.

Quero dizer, perante este tribunal, que tal acusação é para mim um motivo de profundo orgulho, é a demonstração evidente de que não colaborei com os piores inimigos do meu Partido e do Povo, é a demonstração evidente de que soube estar à altura da minha qualidade de comunista. Ser comunista e prestar declarações à P.I.D.E., são duas coisas que jamais se poderão ligar, e eu sou e quero continuar a ser comunista.

A P.I.D.E., tal como põe o problema, ao dizer que é uma questão de obediência, procura desvirtuar a verdadeira natureza das coisas. Não prestar declarações à PIDE é uma questão de honra para



todos os comunistas. (Interrompido e ameaçado de sair da sala).

Há ainda duas coisas que desejava esclarecer. Diz a acusação que sou membro do Comité Central do Partido Comunista Português. Quero declarar que esta acusação não tem qualquer fundamento. Ela já tem sido feita a muitos outros destacados militantes comunistas. Ela visa simplesmente prolongar ao máximo os anos de cadeia de valorosos patriotas.

Ao negar esta acusação, não pretendo fugir a responsabilidades, não é isso que me caracteriza. Eu tomo inteira responsabilidade dos meus actos. Faço-o porque não quero gozar de uma honra que me não é devida.

Juiz — Mas o Sr. participou em reuniões do Comité Central?

D.A. — Pelas razões que já disse, não respondo a essa pergunta. Da mesma forma que me declarei membro e funcionário do Partido Comunista Português, e que nisso tinha muita honra, não hesitaria em me declarar dirigente do Partido Comunista Português, se na realidade o fosse. Aliás, é assim que fazem os dirigentes comunistas, e não há razões para que não tenham toda a honra em fazê-lo. Os dirigentes comunistas são o que há de melhor na sociedade portuguesa, homens e mulheres que são o orgulho dum povo. (Interrompido)

Há ainda um ponto que considero muito importante esclarecer. Diz a acusação que o Partido Comunista Português é uma organização ilegal que visa derrubar o Estado por meios violentos, etc.. Trata-se de uma calúnia infame.

Juiz — Esse problema há muito que está esclarecido, e não tem nada que ser visto aqui.

D.A. — Este ponto é fundamental na minha defesa, peço a este tribunal que me dê a possibilidade de o esclarecer.

Juiz — Responda sim ou não a esta pergunta. O Partido Comunista Português visa ou não meios violentos?

D.A. — A um ponto tão importante não posso limitar-me a dizer sim ou não. A vida ilegal do Partido Comunista Português não deriva da sua própria vontade, mas sim, da existência em Portugal de um governo corrupto e reacçãoário ao serviço dos monopolistas, que nega ao povo as mais elementares liberdades democráticas. (Interrompido)

Ilegal é o salazarismo que se mantém no poder contra a vontade do Povo. (Ameaçado de ser posto fora da sala).

Juiz — Reconhece que desertou?

D.A. — Reconheço que desertei. Porém, não se trata duma deserção qualquer. É uma deserção que tem implicações políticas. Eu era um perseguido político. Sabia que se me apresentasse na Unidade seria preso. O exército não me dava garantias nenhuma que assim não fosse.

Fui posto perante o dilema, a liberdade ou prisão. Escolhi o caminho mais justo, o da liberdade. Só tem direito a ser livre quem conquista a liber-

dade, e eu conquistei a liberdade ao desertar. A prisão significava a tortura, os longos anos de cadeia. Estive 16 dias e 16 noites sem dormir, fui espancado, mas sobre isto, claro o tribunal nada diz.

Além disso, ao desertar, mantive-me ao lado daqueles que lutam para libertar Portugal da negra tirania que há 55 anos enegrece a terra portuguesa. E isto para mim é fundamental. Contribuir para a solução do problema político português é um dever de todos os cidadãos que queiram ser dignos deste nome. (Interrompido).

Seguiu-se o interrogatório das testemunhas e as alegações. Depois foi dada a palavra ao réu.

D.A. — Tenho ainda alguma coisa a dizer em minha defesa. Mas antes disso, gostaria de esclarecer o sr. promotor da Justiça, sobre a solução pacífica e a solução violenta.

Juiz — Não pôde replicar ao Sr. Promotor da Justiça.

D.A. — Antes porém, não quero deixar passar em branco, um problema, pois há pouco fui aqui vilmente caluniado, por um agente da PIDE, sem que o tribunal tivesse tomado qualquer posição. Disse o agente da PIDE que os comunistas estavam ao serviço de Moscovo.

Juiz — Isso não interessa para aqui.

D.A. — Afinal o que é que interessa a este tribunal? O tribunal nega-me o direito à defesa. Traidores à pátria, canalhas sem vergonha, vendidos aos imperialistas, são os fascistas. (Nessa altura o juiz ordenou a expulsão do camarada que gritou:)

Viva o Partido Comunista Português! Abaixo o Fascismo! Glória a Lénine, Glória a Lénine, Glória a Lénine!

(No final do julgamento, quando o camarada Domingos Abrantes saía gritando para os juizes: «Fascistas! Fascistas!», pessoas de sua família, impressionadas e indignadas com o que tinham assistido, não se contiveram sem gritar que a PIDE era um bando de assassinos. Invadindo o local onde estavam os juizes gritaram-lhes que não o entregassem à PIDE pois esta era capaz de o matar. O julgamento terminou assim com protestos gerais da assistência. Mesmo entre os soldados que faziam a guarda ao tribunal era visível o seu descontentamento)

RECTIFICAÇÃO — Na Resolução do C. C. do Partido Comunista Português sobre o XXII Congresso do P.C.U.S., publicado no n.º 115 de «O Militante» falta uma palavra na 6.ª linha após o sub-título «Vivemos a época da passagem do capitalismo para o socialismo». Onde está «destacado economista, Kenet Bouding», deveria estar «destacado economista americano, Kenet Bouding».

Também nas primeiras linhas da Resolução onde se lê «A ideia duma sociedade nova, em que os bens materiais existentes em abundância...» dever-se-à ler: «A ideia duma sociedade nova, em que os bens materiais existissem em abundância...»